

CONSTITUINTE

- 1 DEZ 1987

# Moderados fazem uma proposta de acordo para oitenta itens polêmicos

por Andrew Greenlees  
de Brasília

Qualquer tentativa de acordo na Constituinte daqui para frente — seja quanto ao regimento interno ou a temas constitucionais — dificilmente obterá sucesso caso deixe de se submeter a uma regra não escrita: A impessoalidade. Assim, propostas conciliatórias produzidas oficialmente por determinado grupo sofrerão resistências abertas dos adversários. Mas, se a idéia vier de um elemento "neutro", crescem as chances de entendimento. E os diversos grupos dentro da Constituinte já elegeram este coordenador do possível consenso: o presidente da Assembléia, deputado Ulysses Guimarães.

Hoje, por exemplo, uma das líderes dos moderados reunidos sob o "grupo dos 32", a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), levará a Ulysses uma lista com aproximadamente 80 itens que, segundo os levantamentos da deputada, serão objetos de emendas dos diferentes setores ideológicos da Constituinte. No domingo à noite, Ulysses esteve na residência de Sandra Cavalcanti, em Brasília, para conhecer as propostas do "grupo dos 32" para alguns pontos polêmicos.

O plano dos moderados consiste em reunir em torno de textos considerados equilibrados um mínimo de 280 votos, para garantir sua aprovação. Depois de ouvir os diversos segmentos e detectar a localização das maiorias, caberia a Ulysses patrocinar estas emendas.

Alguns dos principais negociadores do "Centrão", do "Grupo dos 32" e dos progressistas concordam que a atuação do presidente da Constituinte neste sentido agilizará muito os trabalhos, permitindo a promulgação da Nova Carta nos primeiros dois meses do próximo ano.

Ontem, Ulysses conversou também com os senadores Fernando Henrique Cardoso e Mário Covas, líderes da ala progressista no Congresso. Mais tarde, manteve um encontro com dirigentes do "Centrão", nos dois contatos, o assunto foi o regimento interno. Tanto Fernando Henrique — pelos progressistas — quanto o deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ), um dos líderes do "Centrão", disseram ao final da tarde que os entendimentos caminhavam para a aceitação de uma proposta nascida na semana passada, de autoria dos deputados Gui-



Sandra Cavalcanti

lherme Afif Domingos, (PL-SP) e Genebaldo Correia (PMDB-BA), encampada também por Fernando Henrique. A confirmação era esperada para a noite de ontem, quando Ulysses reuniu em sua residência, para jantar, cerca de dez dirigentes do "Centrão".

Pela tese de conciliação, os constituintes poderão apresentar entre três e cinco (o número mais provável é quatro) novas emendas ao projeto aprovado pela Comissão de Sistematização. Para pedir votação em regime de preferência, ou seja, antes das demais emendas sobre o assunto, serão necessárias 187 assinaturas de apoio. Depois, o requerimento deverá ser aprovado em plenário, com o mínimo de 280 votos.

Aprovada a preferência, a emenda vai a voto. Acolhida por maioria absoluta (280), substitui automaticamente o texto da Sistematização. Caso seja rejeitada, entra em votação o projeto da Comissão, que também precisará ser confirmado por 280 votos. Esta cláusula foi insistentemente defendida pelo "Centrão".

Até amanhã à tarde, quando o regimento deverá ser definido pelo plenário, serão acertados alguns detalhes, como o prazo para a apresentação das novas emendas. Ulysses queria o menor período possível, mas o "Centrão" quer de sete a dez dias. Na hipótese de ser adotado este prazo, a votação do texto final da Constituição deverá ser iniciada apenas no dia 4 de janeiro.

Coordenadores do "Centrão" salientam, no entanto, que os dias não seriam perdidos: O prazo serviria também para as negociações em torno de um acordo sobre temas constitucionais, sempre coordenado por Ulysses Guimarães. "É mais fácil negociar no gabinete do que no calor do plenário", ensina um membro do "Centrão".